



Grupo da Aliança Progressista dos  
Socialistas & Democratas  
no Parlamento Europeu



**SOCIALISTAS  
PORTUGUESES**  
no Parlamento Europeu

# EUROPA

SUPLEMENTO DO



PES

## SOCIALISTAS EUROPEUS APOIAM GOVERNO DE ANTÓNIO COSTA

PÁG. 3

### MARIA JOÃO RODRIGUES EM GRUPO DE ALTO NÍVEL DO PSE

PÁG. 2

### PEDRO SILVA PEREIRA DEFENDE REFORMA DA LEI ELEITORAL EUROPEIA

PÁG. 2

#### ENTREVISTA

### LILIANA RODRIGUES "PORTUGAL DEVERÁ CHAMAR O PODER LOCAL PARA DEFINIR AS NECESSIDADES REAIS DO PAÍS E INTEGRÁ-LO NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL"

PÁG. 4

#### OPINIÃO

### ANA GOMES

PÁG. 2

### FRANCISCO ASSIS

PÁG. 3

## EDITORIAL

FRANCISCO ASSIS



“ Isso implicará um aumento da cooperação entre os Estados-Membros nos domínios das políticas de segurança e de defesa, com o que tal comporta, também, de aumento de partilha de soberania

O terrorismo jihadista tem um alvo preciso: o institucionalismo democrático-liberal que favorece a afirmação do pensamento crítico. Os ataques perpetrados em Paris há poucos dias revelam essa vontade. Os locais escolhidos não poderiam ser mais significativos: uma centenária sala de concertos, um estádio de futebol e algumas das tão características esplanadas da capital francesa. Tudo lugares de convivência e de fruição lúdica próprios de uma sociedade aberta e capaz de associar a dimensão individual com a vocação comunitária do ser humano. Os terroristas sabem que o medo é um veneno silencioso que pode dissolver os fundamentos deste modelo de organização política e social: querem inoculá-lo através destes actos horríveis.

A União Europeia, que tem como um dos seus desígnios a protecção e promoção dos direitos humanos, deve reagir com vigor e inteligência perante esta ameaça: deverá caminhar no sentido do aperfeiçoamento da sua capacidade de resposta repressiva, seja no plano interno, seja no plano externo. Isso implicará um aumento da cooperação entre os Estados-Membros nos domínios das políticas de segurança e de defesa, com o que tal comporta, também, de aumento de partilha de soberania. Ao mesmo tempo, urge a reavaliação de algumas prioridades em matéria de política externa – o que verdadeiramente já está a ocorrer. Por fim, importa obstar à instauração de um modelo ultra-securitário e potencialmente liberticida, que a ser aplicado causaria danos irreparáveis aos fundamentos filosófico-políticos de todo o projecto europeu.

OPINIÃO

## A EUROPA ESTÁ A FALHAR NA LUTA CONTRA O TERRORISMO

ANA GOMES



“ A lição que temos de retirar dos ataques em Paris é que é absolutamente vital que os governos europeus comecem a trabalhar em conjunto

Os ataques terroristas de 13 de novembro em Paris foram devastadores não só pelo número de vítimas, mas pelo método usado: alvos indiscriminados, bombistas-suicida e comando organizado. O objetivo dos assassinos do Daesh na noite sangrenta daquela sexta-feira 13 foi arrasar o modo de vida cosmopolita, livre, jovem, multicultural. Foi entranhar-nos o medo.

Era sabido que ataques deste tipo iam ocorrer na Europa, como dias antes golpearam um avião russo e Beirute. É sabido que vão voltar a ser tentados em qualquer cidade europeia. Trágico é descobriremos que apesar de sabermos, e apesar de terem sido evitados outros ataques, não conseguimos impedir um ataque desta natureza.

E não conseguiremos porque esta Europa carece de União, essencial na luta antiterrorista: falta uma união política em que os nossos Estados Membros aceitem trabalhar em conjunto, nomeadamente no que respeita a partilha de informações de segurança e cooperação policial e judicial; falta planeamento conjunto; falta uma avaliação de riscos de segurança comum. E falta Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa. A ligação de células terroristas entre a França e a Bélgica era conhecida, mas pouco se fez para desmantelar essas células, "adormecidas" ou não.

Vemos também agora a França invocar a cláusula de solidariedade do Tratado Lisboa, mas a avançar sozinha bombardeando o Daesh em Raqqa, sem que os governos da UE até hoje se tivessem coordenado para agir em apoio daqueles que no terreno, na Síria e no Iraque, estão na linha da frente a combater contra os terroristas - os Peshmerga curdos; sem que se preocupem com o facto de o Daesh já estar a estabelecer bases na Líbia; e sem que as diplomacias europeias se organizem para barrar outros países de ajudarem financeira e logisticamente o Daesh e outras organizações terroristas...

A lição que temos de retirar dos ataques em Paris é que é absolutamente vital que os governos europeus comecem a trabalhar em conjunto para travar a ameaça terrorista que é hoje tão tragicamente concreta e aceitem que isso passa por uma estratégia coerente e supranacional. Os serviços de informação belgas estavam fartos de conhecer muitos dos atacantes de Paris, e as viagens de e para a Síria que tinham feito, mas não tinham partilhado com os congéneres franceses...

As prioridades de segurança naturalmente ganham agora um ímpeto renovado, mas é preciso que mantenhamos a cabeça fria para adotarmos e aplicarmos medidas que de facto contenham a radicalização e o extremismo violento que floresce no interior das nossas sociedades e que tem levado tantos jovens europeus a juntarem-se às fileiras terroristas. Importa refletir no facto de os atacantes de Paris, em janeiro e em novembro, serem europeus e maioritariamente franceses! É crucial reduzir as desigualdades, as discriminações, a exclusão, sentidas em comunidades migrantes de segunda geração em França e noutros países europeus. A resposta passa, em parte, claro, por políticas económicas e sociais fortes, coesas, focadas na emancipação social e económica dos cidadãos através da criação de emprego e de oportunidades na Europa e nos países da vizinhança: também pela nossa segurança coletiva importa acabar com a destrutiva política de austeridade cega.

## Maria João Rodrigues preside a Grupo de Alto Nível para tornar União Económica e Monetária mais justa



A União Europeia debate atualmente os planos para aprofundar a União Económica e Monetária (UEM). A reforma do Semestre Europeu, a melhoria dos instrumentos de governação económica, a realização da União Bancária e a representação externa da área do euro são alguns dos temas em apreciação. Neste contexto, o Partido Socialista Europeu (PSE) decidiu criar um Grupo de Alto Nível sobre o aprofundamento da UEM, uma estrutura que resulta de uma proposta do secretário geral do PS, António Costa no último Congresso do PSE, em Budapeste. O PSE nomeou Maria João Rodrigues para presidir e coordenar esta iniciativa, com o objetivo de criar uma rede de socialistas nos governos e parlamentos

nacionais, em conjunto com os eurodeputados socialistas de toda a UE, para trabalhar de maneira coordenada para corrigir a zona euro de modo a permitir um crescimento equilibrado e sustentável. Recentemente, a vice-presidente do Grupo S&D, num debate sobre o tema com o vice-presidente da Comissão com a pasta do Euro e Diálogo Social, Valdis Dombrovskis, enfatizou que "a procura interna é crucial para uma recuperação económica forte e sustentável". A deputada socialista defende "uma mudança de orientação das políticas económicas da UE: o investimento deve ser a primeira prioridade, acompanhado de reformas voltadas para o potencial de crescimento da Europa e para a redução das desigualdades sociais. Maria

João Rodrigues sublinha que "uma política orçamental responsável deve incluir investimentos suficientes em crescimento, uma aposta contra a evasão fiscal e um maior apoio aos carenciados, para restaurar perspetivas económicas e sociais para todos". Também na qualidade de relatora do Parlamento Europeu para as "prioridades económicas de 2016", Maria João Rodrigues garante que o Parlamento será mais ativo no debate com a Comissão Europeia, com o Eurogrupo e com o Conselho. A deputada destaca que "a zona euro deve ser considerada como uma só economia, onde as políticas económicas precisam de ser coordenadas para assegurar uma procura que reestabeleça a confiança".

## Pedro Silva Pereira defende reforma da lei eleitoral europeia



O plenário do Parlamento Europeu (PE) aprovou em Bruxelas, a 11 de novembro, a reforma da lei eleitoral europeia que estabelece uma maior harmonização das regras aplicadas pelos diversos Estados-membros nas eleições para o PE. Para Pedro Silva Pereira esta reforma da lei eleitoral europeia reforça a democracia europeia e a consciência dos cidadãos quanto à dimensão europeia destas eleições.

Entre as medidas aprovadas está a inclusão dos símbolos dos partidos europeus em que os partidos nacionais estão integrados quer no material de campanha, quer nos próprios boletins de voto, de modo a

promover uma maior transparência do ato eleitoral. Por outro lado, os países da UE passam a respeitar o mesmo princípio da igualdade de género, os mesmos prazos para apresentação de listas e candidatos, o mesmo horário de fecho das urnas e, eventualmente, a mesma possibilidade de voto eletrónico e por correspondência, favorecendo o direito de voto por parte dos eleitores que residam fora do território da União. De referir que a aplicação de uma "cláusula barreira", que exige aos partidos concorrentes um mínimo de 3 a 5% dos votos para poderem eleger deputados ao PE, só está prevista para

os Estados que elegem mais de 26 deputados, o que significa que não será aplicada a Portugal.

Pedro Silva Pereira salientou que estas medidas, além de proporcionarem uma maior igualdade entre os eleitores, melhoram consideravelmente o funcionamento da democracia europeia e são um contributo para reconciliar os cidadãos com a Europa e reduzir o défice democrático no funcionamento das instituições europeias.

A reforma da lei eleitoral será agora discutida no Conselho, onde a respetiva aprovação final depende do voto favorável unânime de todos os Estados-membros.





## Socialistas europeus apoiam Governo de António Costa

O Partido Socialista Europeu (PSE) manifestou satisfação por se ter alcançado um "acordo histórico" entre os partidos de esquerda e incitou Cavaco Silva a dar posse a um Governo do PS liderado por António Costa, ouvindo assim a "voz" dos portugueses. Contrariando outras leituras, internas e externas, em relação aos resultados eleitorais em Portugal, os socialistas europeus lembram em comunicado que nas eleições legislativas de 4 de outubro, houve uma "larga maioria" de eleitores portugueses que deram uma vantagem decisiva aos partidos de esquerda, lembrando que o Presidente da República preferiu dar à coligação conservadora minoritária o direito de formar Governo, com as consequências que já na altura eram óbvias para todos os observadores de que o programa de gover-

no minoritário da direita iria ser rejeitado no Parlamento. Para o PSE, e após quatro anos de duras políticas de austeridade impostas aos portugueses pelos partidos da coligação de direita, é agora altura de dar uma "hipótese a um Governo progressista", convidando Cavaco Silva a "ouvir a voz do povo" dando posse ao Governo do PS – apoiado pelos partidos à sua esquerda – para que Portugal possa ter "estabilidade e crescimento". Recorde-se que o presidente do PSE, Sergei Stanishev, já antes tinha-se referido à situação portuguesa classificando como "irresponsáveis" e "antidemocráticas" as declarações do líder do Partido Popular Europeu, sobre o processo negocial entre os partidos da esquerda portuguesa. Também o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, manifestou o dese-

jo de que António Costa venha a liderar uma solução de Governo para Portugal, sublinhando ser "absolutamente normal que um líder de um partido de esquerda tente encontrar aliados à esquerda". O tema do novo governo liderado por António Costa foi discutido no interior do hemiciclo do Parlamento Europeu, com Elisa Ferreira a reagir vigorosamente contra a intervenção "vergonhosa e antipatriótica" feita pelo eurodeputado do PSD, Paulo Rangel, que acusou o futuro Governo do PS de levar Portugal a quebrar os compromissos assumidos junto da União Europeia. O confronto entre os dois eurodeputados aconteceu durante o debate sobre a governação económica na zona euro com o comissário europeu responsável por este pelouro, Valdis Dombrovskis.

## OPINIÃO LUZ AO FUNDO DO TÚNEL PARA O ACORDO DE COMÉRCIO UE-MERCOSUL

FRANCISCO ASSIS



“ Apesar destes desenvolvimentos auspiciosos subsiste ainda uma assimetria importante entre a oferta do Mercosul e a oferta da UE

O acordo de associação entre a União Europeia e o Mercosul encontra-se numa etapa determinante. No passado dia 2 de Outubro teve lugar uma nova troca de ofertas de acesso aos mercados entre os dois blocos regionais. É já longo o historial de impasses, hesitações, recuos e falsos avanços que se tem alimentado sobretudo dos receios do Brasil e da Argentina em abrirem as suas economias tradicionalmente caracterizadas por elevados graus de protecionismo. Mas desta vez, ao contrário do que tem vindo a suceder nos últimos quinze anos, o valor da oferta do bloco sul-americano – 87% – aproxima-se do nível de ambição estipulado pela União Europeia, que toma por referência o valor de 90% proposto aquando das rondas negociais de 2004. A nova oferta do Mercosul, por outro lado, consagra a liberalização de sectores como o automóvel, o farmacêutico e o das compras governamentais, anteriormente recusada. A esta nova disposição não é alheia a crise que atravessa o Brasil e o consenso que hoje se faz sentir neste país quanto à urgência de o sintonizar com a globalização. No entanto, se hoje o Mercosul está a dar genuína preferência à União Europeia em detrimento da China ou dos EUA, tal deve-se muito ao empenho do Paraguai e do Uruguai, que asseguram a presidência do bloco no último semestre de 2015 e no primeiro semestre de 2016, respectivamente.

Apesar destes desenvolvimentos auspiciosos subsiste ainda uma assimetria importante entre a oferta do Mercosul e a oferta da UE. É por isso que um aumento da oferta do bloco sul-americano, mesmo que discreto, poderia configurar um sinal muito positivo e precipitar a conclusão do acordo já em 2016. A próxima Cimeira do Mercosul, marcada para o dia 21 de Dezembro, poderá ser a cimeira decisiva.

O acordo é também de extrema importância para contrabalançar o peso do TTIP e evitar uma excessiva concentração do comércio no Atlântico Norte, com os consequentes riscos de agravamento das assimetrias regionais e de viragem da América do Sul para o comércio no Pacífico. É por isso que este acordo não se esgota no comércio: bem pelo contrário, a sua dimensão geopolítica é tão ou mais importante que a sua dimensão económica. A UE precisa de novos aliados no mundo e a América do Sul, pelos seus laços históricos e culturais com a Europa, é um aliado por direito próprio. Cabe também a Portugal, desde logo pela sua relação privilegiada com o Brasil mas também pelos claros benefícios para as suas exportações, desenvolver todos os esforços diplomáticos ao seu alcance nesta etapa das negociações.

ENTREVISTA  
LILIANA RODRIGUES

## "Foi a intervenção do Partido Socialista Europeu que fez abrandar a efetivação deste princípio injusto"



**Integra a comissão de Desenvolvimento Regional onde a questão dos fundos europeus é prioritária. Qual a importância destes fundos para a Região Autónoma da Madeira e para Portugal?**

Os fundos europeus são essenciais para todos os países que sofreram a crise de 2008 e que foram intervencionados pela troika. No novo Quadro de Financiamento, Portugal recebeu 25 mil milhões, a Madeira 582 milhões e os Açores 1435 milhões. Sem estes fundos a crise agravar-se-ia em cerca de 50% nestes países. Isto significa que a política de coe-

são salvou milhares de postos de trabalho na Europa e impediu o total estrangulamento de muitas PME. Daí a minha não compreensão da aprovação, na legislatura anterior, do princípio da macrocondicionalidade económica, cuja aplicação se assumiria como penalizadora do ponto de vista económico e social, uma vez que seriam retirados fundos europeus aos Estados-membros que não cumprissem o défice. Além de por em causa a política de coesão, a aplicação deste princípio subverte toda a sua essência. No caso de Portugal, teria implicações diretas na autonomia das regiões e dos mu-

nicipios. Foi a intervenção do Partido Socialista Europeu que fez abrandar a efetivação deste princípio injusto. Os municípios e as regiões não podem ser penalizados pela gestão dos governos centrais.

Portugal deverá chamar o poder local para definir as necessidades reais do país e integrá-lo na estratégia de desenvolvimento nacional, regional e local. As políticas de coesão europeias só fazem sentido se chegarem ao cidadão comum e a dimensão social dos dinheiros europeus é fundamental para a qualificação e criação de emprego, garantias únicas da inclusão social.

**Como reagir perante estes ataques terroristas no coração da Europa?**

Lamento profundamente a morte das pessoas. O nosso pensamento deve estar com as suas famílias e com um país aterroizado. Devemos ainda assim resistir ao medo. Concordo inteiramente com o presidente da Comissão Europeia quando disse que devemos começar por evitar "reações primárias". Há em nós um turbilhão de emoções, mas não devemos deixar que essas emoções, que são legítimas, nos toldem a razão. Se isto é importante para todos nós, mais o é para aqueles que exercem cargos de responsabi-

lidade. Concordo com o reforço das medidas de segurança, mas estas serão inúteis se não vierem acompanhadas de uma ação concertada entre países europeus e não europeus. O núcleo do problema tem que ser neutralizado e esse centro está na Síria e no Iraque. Uma resposta certa, com a coordenação da NATO, será fundamental para aniquilar as reais ameaças que nos atingem enquanto humanidade. E a humanidade que há em nós deve garantir que nenhum homem, nenhuma mulher e nenhuma criança será alvo de atrocidades como as que temos visto naquela e nesta parte do mundo.

## B R E V E S

■ Na qualidade de presidente da delegação do Parlamento Europeu para as relações com os países do Mercosul, **Francisco Assis** recebeu em Bruxelas o ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Paraguai, o chanceler Eladio Loizaga, com o objetivo de discutir o acordo de associação entre a União Europeia e o Mercosul. O Paraguai assegura até ao final do ano a presidência do Mercosul. Francisco Assis reconheceu e saudou o papel do Paraguai nos avanços negociais alcançados enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros paraguaio, que veio acompanhado pelo vice-ministro para as Relações Económicas e a Integração e pelo embaixador do Paraguai na UE, fez saber que o seu país tem uma enorme vontade de consumir o acordo. No final da reunião, o chanceler Eladio Loizaga manifestou a vontade do Paraguai em aprofundar a cooperação com a UE, em abrir a economia da América do Sul e adaptá-la à globalização. Francisco Assis manifestou o seu apreço pelos esforços do Paraguai nesse sentido e elogiou o país sul-americano pelos enormes avanços conseguidos nos últimos anos na redução da pobreza e no incremento do Estado social.

■ **Maria João Rodrigues**, membro da comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, foi nomeada relatora para o "semestre europeu", o ciclo anual de coordenação e alinhamento das políticas económicas da UE. A Comissão

Europeia apresentou um pacote de novas medidas para reforçar a zona euro, no seguimento do relatório dos "cinco presidentes" publicado no passado mês de junho. Até ao final de 2015, a Comissão irá também apresentar a sua "Análise Anual do Crescimento", definindo as prioridades das políticas económicas e orçamentais para 2016. É neste contexto que surge o relatório do Parlamento.

■ O relatório de autoria de **Carlos Zorrinho** sobre o Programa ISA2, que visa continuar a promover referenciais e soluções de interoperabilidade nas administrações públicas europeias e na sua interação com os cidadãos e as empresas, foi aprovado no plenário de Bruxelas do Parlamento Europeu. Enquanto vice-presidente da delegação Europa / Brasil, Carlos Zorrinho participou na reunião de trabalho entre delegações que se realizou em Belo Horizonte e Brasília e presidiu à delegação do Parlamento Europeu que participou no Internet Governance Forum que se realizou em João Pessoa, também no Brasil.

■ O relatório da comissão especial do Parlamento Europeu sobre práticas fiscais agressivas (TAXE), de que **Elisa Ferreira** é coautora, e votado a 25 de novembro no plenário do Parlamento Europeu, deverá marcar uma mudança fundamental na abordagem das questões fiscais na União Europeia (UE), defende a eurodeputada.

O objetivo do relatório é assegurar que as empresas multinacionais paguem os seus impostos onde criam valor, deixando de jogar com as diferenças e lacunas nas legislações nacionais dos países da União Europeia para evadir o fisco, muitas vezes com recurso a paraísos fiscais.

■ **Ricardo Serrão Santos** organizou, no Parlamento Europeu, uma conferência denominada "Sea for Society". O evento que promoveu um compromisso de ação para tornar a "Sociedade Azul" uma realidade, proporcionando a troca de ideias e a identificação prática de estratégias para o futuro, contou com a presença de mais de duas centenas de personalidades europeias e nacionais ligadas ao mar.

■ Enquanto relatora – sombra dos Socialistas & Democratas para o relatório sobre a prevenção da radicalização e do recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas, **Ana Gomes** propôs uma alteração ao texto do relatório apelando aos Estados-membros a que não utilizem medidas de combate ao terrorismo para travar a entrada de migrantes e refugiados nos seus territórios, alertando-os para as suas obrigações face aos valores e princípios da União Europeia e obrigações internacionais em matéria de direitos humanos.

■ **Pedro Silva Pereira**, relator do Parlamento Europeu para o acordo comercial UE-

-Japão, foi o anfitrião de um encontro em Bruxelas sobre as negociações comerciais com o Japão no setor ferroviário. O debate contou com a presença do negociador principal da UE para o acordo comercial com o Japão, Mauro Petriccione, do Embaixador do Japão junto da UE, Keiichi Katakami, bem como de vários stakeholders do setor, como a União das Indústrias Ferroviárias Europeias (UNIFE), o Deutsche Bahn e a empresa privada japonesa JR East, tendo sido discutido a não aplicação da cláusula japonesa de segurança operacional à Europa e o acesso efetivo das empresas europeias ao mercado japonês. A 14a ronda de negociações tem lugar no final de novembro.

■ **Liliana Rodrigues** participou na primeira edição das Jornadas de Educação Para o Desenvolvimento - Práticas de Sensibilização, Influências e Decisões Políticas, que decorreu na Covilhã e contou com a presença de Vítor Pereira, presidente socialista da Câmara Municipal, Augusto Santos Silva, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e investigadores e professores universitários. Sendo a educação o tema central das jornadas, as comunicações e debates abordaram questões como a "educação ao serviço das comunidades", o "papel da Universidade da Beira Interior na educação e promoção do desenvolvimento", a municipalização da educação, a "formação de professores" ou a "influência política na educação".